A *TEORIA E A EQUAÇÃO DO X DISCURSIVO*: FUNDAMENTOS ARQUEOGENEALÓGICOS PARA A ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DO DIZER — A PANDEMIA E O CÁLCULO BIONECROPOLÍTICO DA PALAVRA

Adriano Menino de Macêdo Júnior (UERN)[1]

Resumo: A presente investigação propõe a Teoria e a Equação do X Discursivo como dispositivo arqueogenealógico de análise do discurso, articulando os aportes de Michel Foucault e Achille Mbembe. A teoria busca desvelar a incógnita (X) que estrutura os regimes de enunciação, revelando os mecanismos de poder-saber que organizam os dizeres. A Equação do X Discursivo — — opera como formalização matemática-metafórica capaz de sistematizar a dinâmica entre enunciados, arquivos, estratégias e intensidades biopolíticas e necropolíticas. O *corpus* empírico é composto por discursos do então presidente Bolsonaro (2020), no ápice da pandemia de COVID-19, analisados à luz das categorias foucaultianas (1996; 1999; 2005) de *enunciado*, *formação discursiva*, *arquivo*, *formação dos conceitos* e *estratégias, arqueologia do saber, a ordem do discurso* e a *Biopolítica*, bem como da categoria mbembiana (2018) de necropolítica/necropoder. Os resultados demonstram que, na resolução da equação, o valor de X revela-se como o núcleo necropolítico do discurso presidencial, no qual a morte é naturalizada, banalizada e até ridicularizada, instaurando verdadeiros "mundos de morte" (Mbembe, 2018). Conclui-se que a *Teoria e a Equação do X Discursivo* oferecem não apenas uma ferramenta inovadora para a análise crítica do discurso, mas também um paradigma para compreender como a linguagem pode operar como tecnologia de poder capaz de gerir vidas e legitimar mortes em contextos de crise sanitária e política.

Palavras-chave: Teoria do X Discursivo. Equação do X discursivo. Pandemia. Covid-19. Política da morte.

Abstract: This investigation proposes the Theory and the Equation of Discursive X as an archaeogenealogical device for discourse analysis, articulating the contributions of Michel Foucault and Achille Mbembe. The theory seeks to unveil the unknown (X) that structures regimes of enunciation, revealing the power-knowledge mechanisms that organize what can be said. The Equation of Discursive X — — operates as a metaphorical-mathematical formalization capable of systematizing the dynamics among enunciations, archives, strategies, and biopolitical and necropolitical intensities. The empirical corpus is composed of speeches delivered by then-president Jair Messias Bolsonaro (2020), at the height of the COVID-19 pandemic, analyzed in light of Foucault's categories (1996; 1999; 2005) of enunciation, discursive formation, archive, formation of concepts and strategies, the archaeology of knowledge, the order of discourse, and biopolitics, as well as Mbembe's (2018) category of necropolitics/necropower. The results demonstrate that, in resolving the equation, the value of X reveals itself as the necropolitical core of presidential discourse, in which death is naturalized, trivialized, and even ridiculed, instituting veritable "death-worlds" (Mbembe, 2018). It is concluded that the Theory and Equation of Discursive X offer not only an innovative tool for critical discourse analysis but also a paradigm for understanding how language can operate as a

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGL/UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSCol/UFRN), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), adrianomenino2016@gmail.com

technology of power capable of managing lives and legitimizing deaths in contexts of sanitary and political crisis.

Keywords: Theory of discursive X. Equation of discursive x. Pandemic. Covid-19. Politics of death.

1 Introdução

A presente investigação parte da convicção de que todo discurso encobre, em sua positividade, um núcleo invisível que governa silenciosamente as práticas enunciativas. Esse núcleo, aqui designado como X, não é mero vazio, mas a incógnita constitutiva do discurso: aquilo que, ao mesmo tempo em que permanece indizível, organiza as condições do dizer, sustenta regimes de verdade e estrutura dispositivos de poder. É nesse horizonte que se inscreve a formulação da *Teoria do X Discursivo* e de sua correspondente *Equação do X Discursivo*, concebidas como dispositivos de inteligibilidade que unem arqueologia e genealogia em um cálculo investigativo. Trata-se de um esforço de reinvenção metodológica que não se limita a descrever enunciados ou mapear regularidades, mas que pretende resolver o indizível constitutivo do discurso e revelar, em sua densidade epistêmico-política, os arranjos que determinam o que pode ser dito, quem pode dizer e quais vidas podem ou não ser legitimadas no espaço público.

A par de tudo, o presente estudo tem como objetivo elaborar e sistematizar a *Teoria do X Discursivo* como *tese* fundadora e, em seu desdobramento formal, a *Equação do X Discursivo*, ambas concebidas como instrumentos de caráter teórico-metodológico ancorados na arqueogenealogia foucaultiana (1996; 1999; 2005), capazes de formalizar, por meio de uma modelagem lógico-matemática-metafórica, as relações entre as condições de possibilidade do dizer e seus efeitos de objetivação. Essa formulação articulará, no plano da arqueologia, as categorias de *formação discursiva*, *formação dos conceitos*, *formação das estratégias*, *enunciado*, a *priori histórico*, *arquivo* e *arqueologia do saber* (Foucault, 2005) em diálogo com os operadores da genealogia — biopolítica/biopoder (Foucault, 1999), necropolítica/necropoder (Mbembe, 2018) e a ordem do discurso (Foucault, 1996) —, de modo a possibilitar a resolução da incógnita X.

À guisa de epítome elucidativo, esta incógnita será compreendida como o núcleo invisível que sustenta e organiza a superfície discursiva, revelando-se ora como epistême (configuração histórica dos saberes e regimes de verdade), ora como marca política (estado de exceção, gestão biopolítica da vida ou administração necropolítica da morte). Para tanto, a

aplicação da *Teoria e a Equação do X Discursivo* terá como *corpus* empírico uma coletânea de enunciados do então presidente Jair Messias Bolsonaro (JMB), proferidos ao longo de 2020, período em que o Brasil atravessava a fase aguda da pandemia de COVID-19. O material, intitulado "Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia", redigido pela jornalista Vitória Queiroz e materializado pelo Jornal *Poder360* em 2022, reúne declarações — quadro 1, logo a baixo — paradigmáticas em que se evidenciam, de forma contundente, as tensões entre discurso político, gestão da vida e administração da morte.

Quadro 1 – *Corpus* da pesquisa.

9 de março de 2020 – "Superdimensionado" – 0 mortes
"Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas", disse o presidente durante viagem aos Estados Unidos.
20 de março – "Gripezinha" – 11 mortes
Presidente afirmou que não seria uma "gripezinha" que o derrubaria depois de ter sido esfaqueado em 2018. Também usou o termo em pronunciamento no dia 24 de março.
26 de março – "Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada" – 77 mortes
JMB disse que o brasileiro precisa ser "estudado" porque é capaz de pular "no esgoto" sem que nada aconteça com ele. Deu a declaração ao ser indagado se o Brasil não chegaria à situação dos Estados Unidos, que na época somava 82 mil casos da doença.
20 de abril – "Eu não sou coveiro" – 2.584 mortes
O chefe do Executivo se negou a responder pergunta de jornalista sobre quantidade mortos por COVID-19 no Brasil: "Eu não sou coveiro", afirmou.
28 de abril – "E daí, lamento. Quer que eu faça o que?" – 5.050 mortes
Presidente sobre o recorde de mortes por covid da época: 5.017 o número total de óbitos provocadas pela doença naquele mês. "E daí, lamento. Quer que eu faça o que? Sou Messias, mas não faço milagre", disse.
19 de maio – "Cloroquina" e "Tubaína" – 17.971 mortes
JMB fez 1 trocadilho, durante entrevista ao jornalista e blogueiro Magno Martins, ao aconselhar que pessoas identificadas com a direita usem a cloroquina, enquanto os de esquerda devem "tomar tubaína".
2 de junho – "A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo" – 31.199 mortes
JMB disse a frase após uma apoiadora pedir uma palavra de conforto para as famílias em luto.
7 de julho – "É como uma chuva, vai atingir você" – 66.741 mortes
JMB comparou o coronavírus a chuva, ao dizer que uma grande parte da população seria infectada. Deu a declaração durante entrevista que revelou ter testado positivo para COVID-19.
10 de novembro – "País de maricas" – 162.829 mortes
O presidente Jair JMB disse que o Brasil tem que deixar de ser 1 país de "maricas" – termo pejorativo para se referir a homossexuais. Na época, o presidente afirmou que a pandemia de coronavírus era superdimensionada. "Geração hoje em dia é Nutella", completou.
17 de dezembro – "Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso" – 184.827 mortes
Na ocasião, o presidente voltou a afirmar que é contrário à vacinação obrigatória contra COVID-19. Se referindo à vacina da Pfizer, disse que o contrato da farmacêutica é claro na parte em que a empresa não se responsabiliza por possíveis efeitos colaterais causados pelo imunizante. "Se você virar um jacaré, problema de você [sic]. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas", afirmou.

Fonte: Poder360 (2022).

A escolha desse corpus justifica-se porque nele a lógica bionecropolítica se inscreve com nitidez, transformando o discurso presidencial em arena privilegiada para observar como

se articulam, de modo explícito, as condições discursivas e os dispositivos de poder que regulam o dizer, o silenciar e o governar em contexto de crise sanitária global. Ao propor a *Teoria e a Equação do X Discursivo*, busca-se instaurar um dispositivo de inteligibilidade inédito que, para além da descrição dos enunciados, opere como método investigativo capaz de expor o indizível constitutivo que governa as práticas discursivas, tornando visíveis os arranjos epistêmicos e políticos que delimitam, em cada época, o que pode ser dito, quem pode dizer e quais corpos são incluídos ou excluídos do horizonte de visibilidade, de enunciação e de existência.

2 A *Teoria do X Discursivo*

Toda época inaugura seus próprios regimes de verdade. Toda ordem discursiva se organiza por meio de forças visíveis e invisíveis que delimitam o que pode ser dito, quem pode falar e quais corpos são autorizados a existir. Nesse sentido, a *Teoria do X Discursivo* instaura um novo paradigma para a compreensão das práticas de linguagem e poder. Parte-se do pressuposto de que todo discurso é atravessado por uma dimensão de opacidade, uma zona de indizibilidade em que repousa sua incógnita constitutiva. Essa incógnita, aqui designada como X, não é um simples vazio ou ausência, mas o núcleo ativo que organiza silenciosamente as condições de possibilidade do dizer. Com efeito, esse núcleo, raramente tematizado, é aqui nomeado como X: a incógnita constitutiva do discurso, o ponto de opacidade a partir do qual se torna possível o próprio jogo da linguagem e do poder.

Cumulativamente, a *Teoria do X Discursivo* parte da hipótese inaugural de que todo discurso encobre, em sua positividade, um valor oculto que governa silenciosamente as práticas enunciativas. Esse valor não é contingente, mas estruturante: revela-se, ora como epistême — no sentido foucaultiano de configuração histórica dos saberes, isto é, o a *priori* que delimita o dizível —, ora como marca política — no sentido foucaultiano e mbembiano de dispositivo de poder, que pode assumir a forma do estado de exceção — como critério de recorte, optou-se por não utilizar esse dispositivo de poder — (Agamben, 2004), do biopoder (Foucault, 1999) ou do necropoder (Mbembe, 2018), , isto é, como dispositivo de poder que, sob as figuras do estado de exceção, do biopoder e do necropoder, governa a vida, administra a morte e define quais corpos são incluídos ou excluídos da ordem discursiva. Assim, resolver X significa desvelar aquilo que o discurso não diz, mas que, justamente por não dizer, governa tudo o que pode ser dito.

Ao propor a *Teoria do X Discursivo*, desloca-se a análise tradicional do discurso, que tende a permanecer na superfície dos enunciados, para um patamar investigativo mais radical: o

que se busca não é apenas descrever as regras de formação, mas resolver a incógnita que governa a própria possibilidade do dizer. Nesse sentido, o discurso deixa de ser apenas o campo de dispersões e passagens enunciativas, tornando-se uma equação a ser calculada. A arqueologia, com suas categorias — *formação discursiva*, *formação dos conceitos*, *formação das estratégias*, *enunciado*, a *priori histórico*, *arquivo* e *arqueologia do saber* — fornece a estrutura do problema; a genealogia, com seus operadores — *A ordem do discurso*, *biopoder* e *necropoder* —, introduz as forças políticas que modulam as condições de emergência. O gesto inovador consiste em não tratar essas categorias apenas como instrumentos descritivos, mas em inscrevê-las numa formalização matemática-metafórica, cujo resultado último é a resolução de X.

A *Teoria do X Discursivo*, portanto, inaugura uma epistemologia de escavação, um método de cálculo arqueogenealógico. Não se trata de matematizar ingenuamente o social, mas de criar uma máquina conceitual que mostre como cada prática discursiva esconde, no coração de sua positividade, uma incógnita que, ao ser resolvida, revela o arranjo epistêmico ou político que a sustenta. O X é, por isso, a cifra do indizível constitutivo, o lugar onde se encontra a verdade silenciosa do discurso: aquilo que não é dito, mas que torna possível o que se diz. Em *summa rei*, diferentemente das abordagens descritivas que apenas expõem categorias de análises, a *Teoria do X Discursivo* propõe que elas sejam formalizadas em uma equação, de modo que o resultado final seja sempre a resolução da incógnita X.

3 A *Equação do X Discursivo*

A equação é o dispositivo formal que traduz em cálculo a lógica da *Teoria do X Discursivo*. Sua finalidade não é apenas descrever a variação de enunciados e estratégias, mas conduzir à resolução da incógnita. É nesse ponto que surge a *Equação do X Discursivo*, concebida como dispositivo formal para traduzir a lógica da arqueogenealogia em uma operação matemática-metafórica. Formalmente, temos:

Em que:

E_t: conjunto de enunciados em um tempo *t*;

Π_t: a *priori* histórico, distribuição prévia do dizível;

A_t: arquivo, memória institucionalizada das seleções;

C_t: campo conceitual, que orienta a coesão semântica;

S_t: estratégias, que determinam funções de decisão;

P_t: ordem do discurso, filtro que impõe as fronteiras do dizível;

β_t: intensidade biopolítica, força orientada à gestão da vida;

ν_t: intensidade necropolítica, força orientada à administração da morte;

O_t: objetalidade, o grau de estabilização de um objeto discursivo;

X: incógnita resolvida, núcleo de verdade, saber ou dispositivo de poder.

Em termos dinâmicos:

Em que F agrega os efeitos produtivos do dizer, δ designa a dissipação (esquecimento, obsolescência, contra-discurso) e ξ_t expressa a contingência histórica (eventos, rupturas, acidentes). Sob as luzes da infalibilidade, resolver essa equação significa expor, no valor de X, aquilo que o discurso encobre em sua positividade: o regime de saber e poder que governa a historicidade de uma época. Essa formalização não pretende matematizar ingenuamente o social, mas fundar um dispositivo epistemológico inédito, capaz de transformar a arqueogenealogia em método de revelação. A equação não é apenas um modelo, mas uma máquina de escavação: ao operar sobre enunciados, arquivos, estratégias e intensidades de poder, conduz inevitavelmente ao valor de X. E é nesse ponto que a *Teoria do X Discursivo* reinaugura a ciência: porque redefine o campo dos estudos do discurso, deslocando-o da mera descrição para a formalização investigativa, capaz de expor o indizível constitutivo que governa a vida, a morte e a verdade em cada época histórica.

4 Equação da morte: como o discurso presidencial transformou a pandemia em dispositivo necropolítico – aplicando a Teoria e a Equação do X Discursivo

Em ordem proeminente, no enunciado do ex-presidente JMB, proferido em 9 de março de 2020 — "Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas" —, a *Equação do X Discursivo* pode ser mobilizada para revelar como o discurso presidencial se inscreve em uma formação discursiva específica, cujo funcionamento permite encontrar o valor de X, a incógnita constitutiva que organiza o dizer. Formalmente, temos: . Nesse caso, o conjunto de enunciados (Et) opera pela negação da gravidade do vírus, recortando-o como fenômeno "superdimensionado" e insinuando interesses ocultos de ordem econômica. O a *priori* histórico (Πt) era o da emergência sanitária global, ainda em fase inicial, marcada por incertezas científicas e políticas

sobre a magnitude da pandemia, contexto em que se disputava o estatuto da ameaça. O arquivo (At) retoma uma tradição político-discursiva brasileira de desqualificação de crises sanitárias e de deslegitimação de discursos científicos em nome da estabilidade política. O campo conceitual (Ct) se desloca da semântica biomédica para uma semântica da suspeita, em que a doença perde densidade epidemiológica e se reinscreve como construção potencialmente manipulada. A estratégia discursiva (St) é a da minimização, cujo efeito é desonerar o governo de responsabilidades biopolíticas ao insinuar que a ameaça é inflada. A ordem do discurso (Pt), sustentada pela voz presidencial, confere legitimidade institucional a esse deslocamento, mesmo em contradição com saberes médicos e organismos internacionais. A intensidade biopolítica ($\mathbf{t}$ é enfraquecida, já que a gestão da vida é desqualificada como prioridade estatal, enquanto a intensidade necropolítica ($\mathbf{t}$ se inscreve implicitamente, pois ao negar a gravidade da pandemia abre-se espaço para a aceitação da morte como risco naturalizado. O grau de objetividade (Ot) estabiliza o vírus não como entidade biológica autônoma, mas como objeto discursivo maleável, inflado por interesses externos.

Precedentemente, a categoria foucaultiana de **formação discursiva** torna-se aqui decisiva. Como observa Foucault (2005, p. 43), "no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade [...], diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva". O discurso de JMB não organiza o vírus como um objeto unívoco, mas como superfície de dispersão, em que se cruzam minimização, suspeita e politização. Esse deslocamento confirma o diagnóstico foucaultiano de que "a unidade dos discursos [...] seria o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos: objetos que são recortados por medidas de discriminação e de repressão, [...] objetos que se diferenciam na prática cotidiana" (Foucault, 2005, p. 37). Nesse caso, o vírus não aparece como simples entidade epidemiológica, mas como objeto discursivo politizado, recortado por um regime de suspeição.

Assim, ao resolvermos a Equação, encontramos que o valor de X corresponde à negação biopolítica como dispositivo de poder. O discurso presidencial busca neutralizar a gravidade do vírus, reinscrevendo-o em uma matriz conspiratória, o que permite ao governo reter capital político enquanto transfere à sociedade o ônus da gestão do risco de morte. Esse núcleo é, desde já, necropolítico: ao rebaixar a ameaça, o enunciado instala a possibilidade da morte como horizonte aceitável, silenciando o imperativo de cuidado. Dessa forma, a resolução de X neste enunciado mostra que, já em março de 2020, instaurava-se uma formação discursiva

da minimização, que estruturaria todo o regime subsequente de enunciados presidenciais sobre a pandemia. Essa formação não é mero acidente verbal, mas obedece a uma lei de dispersão, como descreve Foucault (2005, p. 43-44): “descreveria sistemas de dispersão. [...] Em lugar de completar esse círculo feliz que anuncia [...] que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados”. É nesse deslocamento que o discurso sobre o vírus se transforma em dispositivo de poder, revelando, no X, a verdade política oculta do enunciado: a recusa de uma biopolítica protetiva e a inscrição da necropolítica como horizonte governamental.

Ulteriormente, no enunciado de JMB, proferido em 20 de março de 2020 — “Não seria uma ‘gripezinha’ que me derrubaria” —, *a Equação do X Discursivo* pode ser aplicada para revelar como o discurso presidencial opera na **formação dos conceitos**, reorganizando o campo semântico e os efeitos de objetivação. Formalmente, temos: . Nesse caso, os enunciados (Et) reduzem a pandemia a uma trivialidade, associando-a a uma gripe comum e à resistência individual do presidente. O a *priori* histórico (Πt) indicava que a pandemia já havia sido declarada pela OMS e que os primeiros óbitos se acumulavam no Brasil, configurando um contexto de crescente alarme global. O arquivo (At) é mobilizado no resgate do episódio do atentado de 2018, transformado em dispositivo de legitimação de força pessoal, de modo que a narrativa de sobrevivência é transposta como prova de imunidade simbólica ao vírus. O campo conceitual (Ct) sofre deslocamento fundamental: o conceito de pandemia, estruturado cientificamente como emergência sanitária planetária, é reinscrito no plano da “gripezinha”, banalização que desarma o seu peso epistêmico e dissolve a gravidade epidemiológica em metáfora cotidiana. As estratégias (St) consistem na minimização e na recusa de vulnerabilidade, reforçando uma imagem de virilidade política e desresponsabilizando o governo da gestão coletiva da vida. A ordem do discurso (Pt) garante legitimidade, já que a voz presidencial, investida de poder institucional, confere à trivialização o estatuto de enunciado autorizado. A intensidade biopolítica ($\mathbf{t}$) se enfraquece, na medida em que a lógica de cuidado e preservação da vida é marginalizada, enquanto a intensidade necropolítica ($\mathbf{t}$) se intensifica, pois o rebaixamento da pandemia normaliza a possibilidade da morte como risco tolerável. A objetalidade (Ot) estabiliza-se, portanto, na configuração discursiva em que a pandemia se torna não um objeto de ameaça coletiva, mas um índice de força individual.

À luz da formação dos conceitos, como observa Foucault (2005, p. 62), “seria necessário descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam”. O que está em jogo não é a coerência lógica do conceito de pandemia, mas a sua reorganização

discursiva, que aqui se dá pela redução semântica a “gripezinha”. Essa operação discursiva, ao esvaziar a densidade científica do conceito, reinscreve-o em um novo campo de presença, no qual a resistência pessoal do ex-governante serve de matriz para reinterpretar a doença coletiva. Assim, o conceito circula de forma deslocada, recompondo-se em uma rede de relações que privilegia a metáfora, a banalização e a exaltação da força individual em detrimento do reconhecimento do risco social. Como lembra Foucault, “o campo pré-conceitual deixa aparecerem as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos” (2005, p. 70). No caso, a regularidade que emerge é a da trivialização: não é a gravidade epidemiológica que organiza o conceito, mas a sua inscrição em uma retórica política de negação.

Dessa forma, ao resolvermos a equação, o valor de X se manifesta como a construção do conceito político-retórico da pandemia enquanto “gripezinha”, núcleo de poder que desloca a racionalidade biopolítica em favor da necropolítica, pois naturaliza a morte ao neutralizar a urgência sanitária. O enunciado, mais do que metáfora, constitui um dispositivo discursivo que reorganiza o regime conceitual da pandemia no Brasil, revelando X como a banalização necropolítica do viver e do morrer.

No transcorrer ulterior, no enunciado do ex-presidente JMB, proferido em 26 de março de 2020 — “O brasileiro precisa ser estudado porque é capaz de pular no esgoto e não acontece nada” —, quando já se registravam 77 mortes por COVID-19 no Brasil, a Equação do X Discursivo pode ser aplicada para revelar o núcleo de poder-saber que organiza esse dizer. Formalmente, temos: .

Neste caso, os enunciados (Et) enfatizam uma suposta resistência biológica do brasileiro, comparando-o a um corpo que convive naturalmente com a sujeira e permanece imune aos efeitos nocivos. O a *priori* histórico (Πt) é o da pandemia em curso, marcada pela crescente letalidade no mundo e pela necessidade de políticas sanitárias de contenção. O arquivo (At) retoma uma longa tradição discursiva de exaltação da figura do “brasileiro resistente”, associado à rusticidade, à adaptação à precariedade e à informalidade das condições de vida. O campo conceitual (Ct) desloca a discussão epidemiológica para um terreno de identidade nacional, transformando a pandemia em ocasião para reafirmar uma narrativa de excepcionalidade do povo. A estratégia discursiva (St), elemento central nesta análise, é a da naturalização e da banalização da doença, ao mobilizar o imaginário da resistência biológica como justificativa para a não adoção de medidas sanitárias rigorosas. A ordem do discurso (Pt) confere a esse enunciado a autoridade presidencial, convertendo-o em diretriz implícita de

conduta social e política. A intensidade biopolítica (bt) é enfraquecida, pois a gestão da vida é deslocada para o plano da suposta imunidade natural do povo, enquanto a intensidade necropolítica (nt) se inscreve fortemente, já que a recusa da proteção estatal implica aceitar a morte como efeito colateral inevitável. O grau de objetividade (Ot) estabiliza-se no mito do "corpo imune brasileiro", um objeto discursivo que substitui o risco epidemiológico pela ideia de resiliência inata.

De suprema ordem, a análise foucaultiana da **formação das estratégias** ajuda a compreender a lógica desse enunciado. Como lembra Foucault (2005, p. 73), determinaremos "os pontos de difração possíveis do discurso. Tais pontos se caracterizam inicialmente como pontos de incompatibilidade". No caso, há a incompatibilidade entre os discursos científicos, que enfatizavam o risco elevado do vírus, e a estratégia presidencial de minimização, que recorta a pandemia como fenômeno pouco relevante para corpos "naturalmente resistentes". Essa incompatibilidade não é resolvida, mas transformada em equivalência estratégica: ou bem a pandemia é uma ameaça global que exige medidas biopolíticas de proteção, ou bem é um desafio superestimado diante da robustez popular. O discurso presidencial escolhe sistematicamente a segunda opção.

Diante disso, Foucault também observa que as estratégias discursivas se definem por sua função no campo de práticas não discursivas, isto é, por sua eficácia social e política: "é preciso estudar a economia da constelação discursiva à qual ele pertence" (Foucault, 2005, p. 74). Nesse sentido, a fala de JMB cumpre uma função clara: legitimar a ausência de políticas protetivas, ao mesmo tempo em que reforça a identidade nacional como justificativa para a desresponsabilização do Estado. Trata-se de um ponto de decisão estratégica que, ao invés de adotar a biopolítica como forma de preservação da vida, desloca a responsabilidade para os próprios corpos e suas supostas capacidades naturais de resistência. Assim, ao resolvermos a Equação, encontramos o valor de X: a incógnita revelada é a estratégia necropolítica da naturalização da morte. O discurso presidencial institui o "corpo brasileiro" como objeto discursivo resiliente, o que funciona como dispositivo para ocultar a necessidade de políticas sanitárias e para legitimar a exposição massiva da população ao risco. Como explica Foucault (2005, p. 76), "uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam". O sistema que se desenrola aqui é o da minimização e da rusticidade, em que a doença é recodificada não como ameaça, mas como prova da resistência de um povo. A verdade oculta, o X da equação, é o dispositivo político que

transforma a pandemia em campo de experimentação necropolítica, na qual a morte deixa de ser evitada e passa a ser naturalizada como parte da identidade nacional.

No *ínterim* subsequente, no enunciado proferido por JMB em 20 de abril de 2020 — "Eu não sou coveiro" —, quando o país já registrava 2.584 mortes pela COVID-19, a Equação do X Discursivo nos permite revelar o funcionamento do dizer como dispositivo de poder. Formalmente, temos: .

Sob influxo suplementar, o enunciado (Et) apresenta-se em sua materialidade mínima, curta e cortante, como fórmula de recusa. A forma proposicional simples — uma negação seguida de autoidentificação — assume a função de deslocar a responsabilidade da morte para fora do espaço governamental. O a *priori* histórico (Πt) é o da expansão acelerada da pandemia, em que a contagem de mortos se tornava, dia a dia, objeto central do discurso social e científico. O arquivo (At) reinscreve uma tradição de distanciamento entre governantes e a administração da morte, em que se busca eximir o poder de enunciar-se em face do luto coletivo. O campo conceitual (Ct) desloca a morte do plano da responsabilidade política para o plano de uma função profissional específica (o "coveiro"), convertendo a pergunta jornalística em um problema de ofício individual, e não de governo. A estratégia (St) aqui é a negação performativa, que busca produzir uma barreira discursiva contra a responsabilização, instaurando a morte como campo exterior ao dizer presidencial. A ordem do discurso (Pt) confere a esse deslocamento a autoridade do cargo, de modo que o silêncio governamental sobre a morte é, paradoxalmente, oficializado. A intensidade biopolítica ($\mathfrak{b}t$ é nula ou ausente, pois não há gesto de proteção, cuidado ou contabilização da vida. A intensidade necropolítica ($\mathfrak{n}t$ é elevada, porque a recusa de enunciar os mortos é, em si mesma, uma prática de administração do silêncio, que transforma as mortes em não-acontecimentos políticos. O objeto discursivo (Ot) estabiliza-se como "a morte como não-atribuição estatal", um objeto discursivo negativo que impede a inscrição do luto no campo do dizível político.

É aqui que a categoria foucaultiana do **enunciado** se revela decisiva. Para Foucault (2005, p. 93), "uma equação de enésimo grau ou a fórmula algébrica da lei da refração devem ser consideradas como enunciados", isto é, qualquer arranjo de signos que institui uma função de existência no campo discursivo. "Eu não sou coveiro" deve ser entendido não como frase isolada, mas como enunciado no sentido arqueológico: não é a estrutura proposicional que importa, mas a função de exclusão que o atravessa. Como explica Foucault (2005, p. 98), "o enunciado não é [...] uma estrutura [...]; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, [...] se eles 'fazem

sentido' ou não". A função exercida pelo enunciado presidencial é clara: produzir um limite, uma barreira semântica que impede que o Estado seja inscrito como sujeito responsável pelo número de mortos.

O enunciado, nesse caso, é um ato performativo de recusa. Ele exemplifica a *tese* foucaultiana de que não se deve "procurar no enunciado uma unidade [...] mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis" (Foucault, 2005, p. 98). O dizer "não sou coveiro" não apenas responde a uma pergunta, mas delimita o espaço do dizível: o Estado não fala dos mortos, não os contabiliza, não os assume como parte de sua esfera de responsabilidade. O que emerge é um dispositivo de silenciamento que naturaliza a morte como fora do discurso governamental. Assim, ao resolvermos a Equação, encontramos o valor de X: a incógnita revelada é o dispositivo de exclusão necropolítica que opera por meio da recusa enunciativa. O enunciado funciona como ato de poder, pois, ao não dizer, instaura o indizível. Trata-se de uma estratégia discursiva em que o silêncio é performado pela negação explícita, convertendo o luto coletivo em ausência discursiva. O valor de X, portanto, é a objetivação da morte como não-evento político, estabilizada pelo enunciado presidencial que recusa a função de coveiro e, ao fazê-lo, desloca a administração da morte para o campo do silêncio e da invisibilidade.

A *posteriori*, no discurso de 28 de abril de 2020, quando o então presidente Jair Messias Bolsonaro declarou diante do recorde de 5.050 mortes pela COVID-19: "E daí, lamento. Quer que eu faça o que? Sou Messias, mas não faço milagre", a *Equação do X Discursivo* nos permite desvelar a lógica de seu funcionamento à luz da categoria foucaultiana do a ***priori* histórico**. Temos formalmente: .

Paralelamente, o enunciado (Et) emerge como fórmula de deslocamento: um ato discursivo que, em vez de assumir a morte como questão política, reinscreve-a no plano de contingência incontrolável. A fórmula "e daí" é a negação radical da responsabilidade, seguida da autoironia teológica ("Sou Messias, mas não faço milagre"), que converte o governo em espectador impotente do desastre. O núcleo decisivo aqui é o a *priori* histórico (Πt): trata-se das condições de possibilidade que, em 2020, definiam o espaço do dizível no Brasil, em meio à pandemia global. A contagem diária de mortos não era apenas estatística biomédica, mas um ritual discursivo que atravessava todas as esferas — mídia, ciência, política, religião. É este a *priori* histórico, como ensina Foucault (2005, p. 143), que "define um espaço limitado de comunicação [...], não como condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados". Em outras palavras, a fala de JMB só é inteligível porque emerge de um campo de

positividade já saturado pela disputa em torno da administração da vida e da morte. O arquivo (At) reinscreve tradições de poder em que as mortes em massa são naturalizadas como fatalidade social e não como responsabilidade governamental. O campo conceitual (Ct) desloca a pandemia do campo da política pública para o campo da religião e do milagre, convertendo a impossibilidade de resposta em inevitabilidade metafísica. A estratégia (St) é a desresponsabilização: recusar-se a ser o *locus* da decisão e transferir a gestão da morte para o "destino", o "azar" ou a "vontade divina". A ordem do discurso (Pt) opera aqui como filtro que, no espaço da política, autoriza que a recusa e a indiferença se tornem dizíveis a partir da posição presidencial. A intensidade biopolítica ($\mathbf{t}$ é enfraquecida: não há gesto de proteção ou administração da vida, mas a admissão de impotência. Já a intensidade necropolítica ($\mathbf{t}$ é reforçada, pois, ao negar a responsabilidade estatal, o discurso legitima a continuidade da morte como evento natural, fora da esfera do governo. O objeto discursivo (Ot) estabiliza-se como "a morte como fatalidade inevitável", neutralizando a possibilidade de inscrição do luto como problema político.

Corroborando, Foucault (2005, p. 144) recorda que o a *priori* histórico deve "dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca", mostrando que o discurso não é universal e homogêneo, mas se inscreve em regularidades específicas. Assim, o "e daí" só pode emergir porque encontra, no campo histórico, um espaço de legitimação que naturaliza a morte como destino e desloca a política para a esfera da impotência irônica. Dessa forma, ao resolvermos a Equação, encontramos o valor de X: o dispositivo de poder revelado é a inscrição necropolítica da pandemia como inevitabilidade histórica. O a *priori* histórico faz com que o então presidente, ao dizer "e daí", não apenas negue a responsabilidade, mas reinscreva a morte na trama discursiva como evento que não exige resposta governamental, mas resignação. O valor de X, portanto, é a produção da morte como "não objeto de governo", efeito de um dispositivo de saber-poder que transforma o desastre em fatalidade, convertendo a responsabilidade política em silêncio necropolítico.

Decursivamente, no discurso de 19 de maio de 2020, quando JMB, diante de 17.971 mortes, proferiu o trocadilho segundo o qual "os de direita devem usar a cloroquina, enquanto os de esquerda devem tomar tubaína", a *Equação do X Discursivo* pode ser mobilizada para desvelar a lógica desse enunciado à luz da categoria foucaultiana do **arquivo**. Formalmente, temos: .

Em confluência ascendente, o enunciado (Et) se apresenta como gesto de escárnio político, no qual uma questão sanitária — a escolha terapêutica frente a uma doença mortal — é transfigurada em metáfora partidária, convertendo a vida e a morte em signos de pertencimento ideológico. Para que esse deslocamento seja possível, atua aqui o arquivo (At), entendido, conforme Foucault (2005, p. 147), não como simples soma de textos, mas como "o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares". O trocadilho presidencial só pode emergir porque se ancora em um conjunto de memórias discursivas prévias: a tradição política brasileira de polarização entre direita e esquerda, a memória recente da cloroquina como objeto de disputa pública e a constante inscrição da saúde em registros de guerra cultural. O arquivo, nesse caso, é a lei silenciosa que autoriza a coexistência entre ciência, ironia e sarcasmo como formas de enunciação possíveis no campo político. O campo conceitual (Ct) se orienta pela substituição da racionalidade biomédica por uma semântica do deboche e da desqualificação, em que o medicamento deixa de ser um fármaco e passa a ser signo ideológico. As estratégias (St) operam no sentido de reforçar a divisão política: naturaliza-se a morte ao mesmo tempo em que se reforça a coesão de um grupo contra outro. A ordem do discurso (Pt) legitima essa fala porque é pronunciada da posição soberana de quem detém a autoridade presidencial, transformando em verdade oficial aquilo que, em outro contexto, poderia ser lido apenas como piada de mau gosto. A intensidade biopolítica ($\mathbf{t}$ é reduzida, pois o governo abdica da gestão da vida ao tratar o medicamento como símbolo político e não como estratégia de proteção. Já a intensidade necropolítica ($\mathbf{t}$ é acentuada, porque o discurso inscreve a morte como resultado aceitável de uma escolha ideológica, em que o inimigo político é simbolicamente destinado à "tubaína" (isto é, ao placebo, à ineficácia e, em última instância, à morte). O objeto discursivo (Ot) se estabiliza, portanto, como "o tratamento da pandemia como guerra cultural", deslocando o problema sanitário para o terreno do conflito político.

Conforme exposto, o arquivo, como lembra Foucault (2005, p. 147), "não é o que protege o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade". O trocadilho de JMB, longe de ser apenas improviso, encontra sua condição de possibilidade na regularidade discursiva de um arquivo que permite articular saúde pública e disputa partidária, vida e sarcasmo, morte e ironia. Assim, ao resolvermos a equação, o valor de X que se revela é o dispositivo de poder da politização necropolítica da saúde, isto é, a inscrição da vida e da morte em uma matriz de polarização ideológica que esvazia o estatuto

científico da pandemia para reinscrevê-la como fronteira política. O arquivo, nesse caso, mostra-se como a memória institucionalizada que legitima a circulação desses enunciados, permitindo que a pandemia seja convertida, no plano discursivo, em mais um capítulo da guerra cultural.

No interstício temporal, no enunciado de 2 de junho de 2020, diante de 31.199 mortes por COVID-19, JMB afirma: "A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo". Esse discurso, ao ser analisado pela *Equação do X Discursivo* sob a luz da categoria da **arqueologia do saber** histórico, revela o funcionamento de uma prática discursiva que não deve ser compreendida pela psicologia do sujeito que fala, nem pela moralidade subjacente, mas como acontecimento regulado por regras próprias de enunciação. Formalmente, temos: .

À guisa de prosseguimento, o enunciado (Et) traz uma resposta que, à primeira vista, se apresenta como gesto de consolo, mas que, na prática discursiva, dilui a singularidade da morte em uma generalidade naturalizada: "é o destino de todo mundo". O dispositivo arqueológico nos impede de tratar essa fala como expressão íntima ou psicológica do governante; como lembra Foucault (2005, p. 158), a arqueologia não busca "reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se invertem um no outro", mas antes "definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irredutível a qualquer outro". Nesse caso, a especificidade do discurso está em reduzir uma tragédia coletiva a um destino biológico inescapável, apagando sua dimensão política e sanitária. A arqueologia, enquanto método, não lê aqui um consolo mal formulado ou uma frieza pessoal, mas um enunciado inscrito em uma formação discursiva na qual a morte deixa de ser objeto de gestão política para se tornar objeto de naturalização. Como lembra Foucault (2005, p. 157), a análise arqueológica não trata o discurso como documento que remete a algo oculto, mas como "monumento", isto é, como prática em si mesma, dotada de regras próprias que a tornam possível.

Aplicando os demais termos da equação, vemos que o a *priori* histórico (Πt) define a possibilidade desse enunciado emergir em um contexto de pandemia onde disputava-se a responsabilidade do Estado frente à morte em massa. O arquivo (At) recolhe e atualiza tradições discursivas que, no Brasil, frequentemente inscrevem a morte no horizonte da fatalidade natural, deslocando a política para segundo plano. O campo conceitual (Ct) se organiza em torno da ideia de destino, deslocando o debate sobre responsabilidade governamental para uma ordem metafísica. As estratégias (St) operam na direção de desonerar o Estado, transformando uma gestão de crise em contingência existencial. A intensidade biopolítica ($\mathbf{t}$ aparece

enfraquecida, pois a vida não é administrada pelo discurso como objeto de proteção, mas entregue ao "destino". Já a intensidade necropolítica ($\mathbf{t}$ é intensificada, porque a morte é naturalizada como horizonte inevitável, esvaziando qualquer apelo à preservação da vida. O objeto discursivo (Ot) estabiliza-se, assim, como "a morte como destino natural", e não como resultado de decisões políticas ou de omissões governamentais.

Portanto, ao resolvermos a equação, o valor de X se revela como o dispositivo de poder da naturalização arqueológica da morte, em que a pandemia deixa de ser tratada como problema político-sanitário e passa a ser reinscrita no horizonte de um destino universal. Nesse sentido, a arqueologia, como afirma Foucault (2005, p. 158), não "pretende se apagar na modéstia ambígua de uma leitura que deixaria voltar, em sua pureza, a luz longínqua, precária, quase extinta da origem", mas oferece a descrição sistemática do discurso como prática. O enunciado de JMB não é um deslize, mas parte de um regime discursivo que reorganiza a pandemia como fenômeno natural e inevitável, ocultando as condições históricas e políticas de sua produção.

Na esteira dos eventos, no dia 7 de julho de 2020, JMB, recém-diagnosticado com COVID-19, afirmou: "É como uma chuva, vai atingir você", em um contexto em que o Brasil já contabilizava 66.741 mortes pela pandemia. A aplicação da *Equação do X Discursivo* a esse enunciado, sob a luz da categoria foucaultiana da **A ordem do discurso** (Foucault, 1996), permite compreender como a metáfora da "chuva" funciona como filtro discursivo que redistribui e controla o dizer sobre a pandemia. Formalmente, temos: .

Em confluência ascendente, o enunciado (Et) apresenta a pandemia como fenômeno inevitável e natural, inscrito na metáfora climática da "chuva". O a *priori* histórico (Πt) permite que essa comparação surja como plausível em um país cuja tradição discursiva frequentemente naturaliza tragédias sociais. O arquivo (At) reativa discursos que deslocam a responsabilidade política para a ordem do destino e da natureza. O campo conceitual (Ct) organiza-se em torno da inevitabilidade, enquanto as estratégias (St) operam no sentido de neutralizar as críticas ao governo, ao deslocar a pandemia da esfera da gestão política para o terreno da fatalidade natural. Nesse ponto, a ordem do discurso (Pt) se manifesta como dispositivo regulador do que pode ser dito e do modo como pode circular. Como lembra Foucault (1996, p. 8-9), "a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos". Ao transformar a pandemia em "chuva", JMB inscreve sua fala dentro de uma ordem discursiva que controla a circulação da verdade: não se trata de uma catástrofe sanitária passível de intervenção, mas de um processo natural inelutável.

Além disso, o enunciado evidencia os mecanismos de exclusão descritos por Foucault. O discurso político presidencial, em vez de mobilizar a biopolítica (), — isto é, a gestão da vida —, reforça a necropolítica (), ao naturalizar a morte em massa como algo fora do alcance da decisão humana. Isso corresponde ao que Foucault (1996, p. 17-18) denomina de "vontade de verdade apoiada sobre um suporte institucional", uma vontade que exerce "pressão e poder de coerção" sobre os outros discursos possíveis, impondo como verdade oficial que o vírus é inevitável e, portanto, a ação governamental é secundária. Nesse jogo, o objeto discursivo (Ot) que se estabiliza é a pandemia como fenômeno natural e inevitável, comparável a um evento climático, contra o qual não caberia responsabilidade política. Assim, ao resolver a equação, o valor de X corresponde ao dispositivo de poder da naturalização climática da pandemia, pelo qual o discurso oficial retira da política sua responsabilidade ativa e reinscreve a morte no horizonte da fatalidade natural. Trata-se de um exemplo de como, segundo Foucault (1996, p. 9), "não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância": ao mesmo tempo em que se interdita a linguagem da responsabilidade, autoriza-se a linguagem da inevitabilidade.

Dessa forma, o enunciado de JMB não é apenas uma metáfora, mas um gesto de inscrição dentro da ordem do discurso, onde o dizer é controlado, selecionado e redistribuído para conjurar o poder crítico da linguagem. Ao transformar a pandemia em "chuva", o discurso presidencial atua como operador de uma racionalidade necropolítica, na qual a morte em massa é legitimada pela inevitabilidade naturalizada.

Agregando-se ulteriormente, no dia 10 de novembro de 2020, JMB afirmou que o Brasil deveria deixar de ser um "país de maricas", minimizando a gravidade da pandemia e zombando do sofrimento de milhares de famílias enlutadas. À época, o Brasil já contabilizava 162.829 mortos pela COVID-19. A aplicação da *Equação do X Discursivo* a esse enunciado, pela categoria foucaultiana da **biopolítica**/**biopoder** (Foucault, 1999), revela como o discurso presidencial rearticula mecanismos de gestão da vida e da morte, inscrevendo-se no limiar entre a intensificação da necropolítica e a perversão da biopolítica. Formalmente, temos: .

De forma concatenada, o enunciado (Et) não é um insulto isolado, mas parte de uma cadeia discursiva que naturaliza a morte e desqualifica os cuidados sanitários. O a *priori* histórico (Πt) possibilita que a fala se apoie em tradições políticas autoritárias e masculinistas, que historicamente associam virilidade à negação da fragilidade e ao desprezo pela vida vulnerável. O arquivo (At) reativa memórias discursivas do "homem forte", da "pátria viril", em que qualquer gesto de proteção é lido como fraqueza. O campo conceitual (Ct) é estruturado

pela dicotomia entre força/vida e fraqueza/morte. As estratégias (St) visam transformar a recusa de medidas sanitárias em signo de coragem e patriotismo, enquanto o cuidado é desqualificado como covardia. Aqui, a biopolítica ($\mathfrak{t}$ — que deveria, como lembra Foucault, "ter como objeto e objetivo a vida" (1999, p. 285) — é desvirtuada em necropolítica ($\mathfrak{t}$, pois ao deslegitimar a prudência e ridicularizar a proteção, o discurso expõe a população à morte. O próprio Foucault (1999, p. 304) indaga: "como exercer o poder da morte, num sistema político centrado no biopoder?". A resposta está na articulação com o racismo, entendido em seu sentido ampliado: "o meio de introduzir no domínio da vida um corte: o corte entre quem deve viver e quem deve morrer" (Foucault, 1999, p. 304). O insulto "maricas" não é apenas um ataque homofóbico, mas também um gesto de classificação e exclusão biopolítica, pelo qual aqueles que demandam cuidado ou manifestam medo são deslocados para o polo da morte, enquanto os "fortes" devem viver. A objetalidade (Ot) que se estabiliza é a pandemia como prova de virilidade nacional. Não se trata mais da gestão da saúde coletiva, mas da construção de um dispositivo simbólico no qual o morrer massivo é reinscrito como preço da coragem, e o viver cauteloso é estigmatizado como fraqueza.

Nesse sentido, o valor de X resolvido pela equação corresponde ao dispositivo de poder da virilidade necrobiopolítica, pelo qual o governo legitima a morte em massa como parte de uma pedagogia de endurecimento da população. Assim, o discurso de JMB evidencia que, como afirma Foucault (1999, p. 308), "o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder". Ao chamar de "maricas" aqueles que temem ou se protegem, o presidente ativa um mecanismo de cesura interna que divide a população entre os que merecem viver e os que podem morrer. A necropolítica emerge, então, como suplemento necessário da biopolítica, na medida em que o poder, em vez de "fazer viver", institui a lógica de "deixar morrer".

Para encerrar a presente sessão de testes da aplicabilidade da *Teoria e a Equação do X discursivo*, tomamos o discurso proferido em 17 de dezembro de 2020, quando o então presidente declarou que "se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso", em meio a 184.827 mortes acumuladas pela COVID-19, opera-se uma condensação paradigmática da lógica **necropolítica**, conforme formulada por Mbembe (2018). Aplicando a *Equação do X Discursivo* — — vemos que o enunciado (Et) escarnece da ciência e da vacina, mobilizando o grotesco (o corpo que se animaliza, o homem que "fala fino", a mulher que "nasce barba") como recurso de descrédito. O a *priori* histórico (Πt) é o contexto histórico marcado pelo início da vacinação mundial contra a COVID-19, quando os Estados disputavam legitimidade pela

capacidade de “fazer viver”. O arquivo (At) convoca uma memória cultural da ridicularização como arma política, “a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais” (Mbembe, 2018, p. 25) que legitima hierarquias e exclusões. O campo conceitual (Ct) organiza-se no campo conceitual da soberania privatizada do risco: cada corpo seria responsável por seu destino, mesmo sob uma pandemia coletiva. As estratégias (St) consistem em deboche e terceirização da responsabilidade, que corroem a confiança nas instituições sanitárias e reforçam o individualismo como norma. A ordem do discurso (Pt) — a autoridade do presidente — converte a chacota em filtro de aceitabilidade pública. A intensidade biopolítica ($\mathfrak{b}t$ (gestão da vida) é diminuída ao se retirar a vacina do horizonte de proteção coletiva; já a intensidade necropolítica ($\mathfrak{n}t$ é elevada, pois a morte se torna não apenas tolerável, mas normalizada como consequência da “escolha individual”.

Simultaneamente, Mbembe (2018, p. 27) nos lembra que “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”. No discurso, a vida dos que buscam proteção pela vacina é desqualificada como fraqueza, enquanto os que recusam o cuidado são simbolicamente inscritos como “fortes”. Cria-se uma cisão interna na população, um dispositivo que lembra a lógica colonial: “a ocupação colonial… era equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves” (Mbembe, 2018, p. 25). Assim, no mesmo território, o enunciado institui zonas de cuidado esvaziadas e zonas de abandono, nas quais a morte é reclassificada como irrelevante. Esse corte corresponde ao que Mbembe chama de produção de mundos de morte, ou seja, “formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (2018, p. 50). O abandono estatal da vacinação obrigatória e o escárnio público da imunização são práticas que destituem parte da população do direito à vida, transformando-a em excedente.

De igual modo, o efeito da objetalidade (Ot) estabiliza o objeto “vacina” como risco caricatural, não como tecnologia vital. Dinamicamente, mesmo sob a pressão de contra-discursos científicos ($\mathfrak{0}t$), a função F do dizer presidencial amplifica a intensidade necropolítica ($\mathfrak{n}t$), transformando a contingência histórica da pandemia ($\mathfrak{p}t$) em campo de manipulação soberana. O resultado é a resolução da incógnita: X = o dispositivo necropolítico do escárnio vacinal, que privatiza o risco, sabota a infraestrutura simbólica da saúde pública e legitima a administração diferencial da morte. Nesse ponto, a equação mostra como o poder deixa de ser apenas biopolítico e se reinscreve como necropoder. Em vez de proteger, o Estado

passa a autorizar a morte pelo abandono, fabricando uma população governada pela incerteza, pelo ridículo e pela indiferença soberana — verdadeiros "mundos de morte" (Mbembe, 2018).

5 Defesas finais

A aplicação da *Teoria e da Equação do X Discursivo* aos enunciados do então presidente JMB entre março e dezembro de 2020 revela que não se tratam de frases soltas, lapsos retóricos ou improvisos ocasionais, mas de um sistema discursivo coerente e recorrente, em que a pandemia foi recortada, trivializada, ridicularizada e naturalizada de modo a reconfigurar o estatuto político da vida e da morte no Brasil. Ao longo das análises, percebe-se que o a *priori* histórico (Πt) da emergência sanitária global foi sistematicamente deslocado do horizonte biopolítico de proteção para uma lógica necropolítica de abandono. O arquivo (At) discursivo foi mobilizado para reativar tradições de desqualificação da ciência, exaltação da rusticidade nacional e valorização da virilidade, produzindo um regime de enunciação que legitima a morte como fatalidade inevitável. O campo conceitual (Ct), por sua vez, foi reorganizado por metáforas e deslocamentos semânticos — a pandemia como "gripezinha", como "chuva", como motivo de "tubaína", como índice de virilidade diante do "país de maricas" ou como grotesco ridículo do "virar jacaré" —, operando um rebaixamento constante do risco coletivo e dissolvendo a gravidade epidemiológica em chacota política. As estratégias discursivas (St), que oscilaram entre minimização, deboche, deslocamento de responsabilidade e silenciamento, tiveram como efeito reiterado a desresponsabilização estatal, deslocando para os corpos individuais o ônus da sobrevivência. A ordem do discurso (Pt), sustentada pela autoridade presidencial, conferiu legitimidade institucional a esses enunciados e os impôs como verdades aceitáveis, naturalizando a indiferença diante da morte. Com isso, a intensidade biopolítica ($\int$, que deveria estar orientada para a gestão da vida, foi sistematicamente enfraquecida, enquanto a intensidade necropolítica ($\int$, foi reforçada, autorizando a morte como horizonte aceitável e naturalizado.

A resolução da incógnita X em cada enunciado mostrou dispositivos necropolíticos distintos, mas convergentes em sua função: a produção de uma política da morte pelo discurso, na qual a vida da população foi recortada entre os que importam e os que não importam, entre os que podem viver e os que podem morrer. Como observa Mbembe (2018, p. 27), "a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é", e é exatamente esse corte que se materializa nos enunciados analisados, instaurando aquilo que o

autor denomina “mundos de morte” (2018, p. 50), formas sociais em que populações inteiras são submetidas ao abandono, à precariedade e ao estatuto de mortos-vivos. A vacina, transformada em objeto de ridicularização, a morte, convertida em não-acontecimento político ou em destino natural, e o cuidado, ressignificado como covardia, são efeitos discursivos que revelam uma formação estruturada pela necropolítica.

Assim, a *Equação do X Discursivo* não apenas desvelou os mecanismos internos desses enunciados, mas mostrou como eles compõem um regime de saber-poder que operou pela corrosão do imperativo biopolítico de proteção e pela autorização da morte como prática governamental. O valor de X, nos diferentes casos, revela-se invariavelmente como o dispositivo necropolítico de abandono, escárnio e normalização da morte, pelo qual a pandemia foi reinscrita no Brasil como campo de experimentação soberana do necropoder. Em vez de proteger, o Estado autorizou morrer; em vez de fazer viver, deixou morrer, consolidando discursivamente a administração diferencial da vida e da morte como núcleo de sua atuação política.

A aplicação sucessiva da *Equação do X Discursivo* aos enunciados presidenciais de 2020 revela uma regularidade incontornável: o valor de X — a incógnita constitutiva de cada discurso — manifesta-se invariavelmente como inscrição necropolítica. Apesar das variações de forma (minimização, metáfora, escárnio, ridicularização, ironia), de conteúdo (gripe, chuva, resistência biológica, vacina) e de contexto (fase inicial da pandemia, aceleração de mortes, início da vacinação), todos os enunciados convergem para a mesma matriz de poder-saber: a recusa da biopolítica protetiva e a normalização da morte em escala populacional. Ver quadro 2.

Quadro 2 – Comparativo dos resultados da aplicação da *Equação do X Discursivo*.

Data / Enunciado (JMB)	***Et* – Enunciados**	**II*t* – A *priori* histórico**	***At* – Arquivo**	***Ct* – Campo conceitual**	***St* – Estratégias**	***Pt* – Ordem do discurso**	**β– Biopolítica**	**$\flat$– Necropolítica**	***Ot* – Objeto discursivo**	**X – Incógnita resolvida (núcleo do poder-saber)**
09/03/2020 – "Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus"	Minimização e suspeita de manipulação	Pandemia em fase inicial, incertezas científicas	Tradição de deslegitimação científica	Semântica da suspeita	Minimização	Voz presidencial legitima a dúvida	Enfraquecida	Implícita	Vírus como "fenômeno inflado"	Negação biopolítica / naturalização da morte como risco aceitável
20/03/2020 – "Não seria uma gripezinha que me derrubaria"	Redução da pandemia à gripe comum	OMS declara pandemia; primeiros óbitos no Brasil	Arquivo da "sobrevivência heroica" de 2018	Banalização da pandemia	Minimização / virilidade	Presidência confere autoridade à trivialização	Enfraquecida	Intensificada	Pandemia como "gripezinha"	Banalização necropolítica do viver e do morrer
26/03/2020 – "O brasileiro precisa ser estudado porque pula no esgoto e não acontece nada"	Exaltação da "resistência natural" do povo	Crescente letalidade global	Arquivo da rusticidade nacional	Identidade nacional resistente	Naturalização da doença	Autoridade presidencial	Enfraquecida	Forte	"Corpo imune brasileiro"	Naturalização da morte como prova da rusticidade nacional
20/04/2020 – "Eu não sou coveiro"	Recusa de responsabilidade	Pandemia em fase de aceleração	Arquivo da separação entre poder e morte	Morte como função profissional, não política	Negação performativa	Oficialização da recusa pelo cargo	Ausente	Elevada	"Morte como não-atribuição estatal"	Dispositivo de exclusão necropolítica (silenciamento do luto)
28/04/2020 – "E daí? Sou Messias, mas não faço milagre"	Indiferença / ironia religiosa	Pandemia como problema central do discurso público	Arquivo da fatalidade social	Pandemia como contingência incontrolável	Desresponsabilização	Fala oficializa indiferença	Enfraquecida	Reforçada	"Morte como fatalidade inevitável"	Inscrição necropolítica da pandemia como inevitabilidade histórica
19/05/2020 – "Direita toma cloroquina, esquerda toma tubaína"	Sarcasmo político-partidário	Pandemia politizada	Arquivo da polarização ideológica	Saúde como guerra cultural	Escárnio / ridicularização	Presidência legitima o sarcasmo	Reduzida	Elevada	"Pandemia como conflito ideológico"	Politização necropolítica da saúde (vida ↔ morte como signos ideológicos)
02/06/2020 – "A gente lamenta os mortos, mas é o destino de todo mundo"	Consolação naturalizante	Mortes em massa já crescentes	Arquivo da morte como fatalidade natural	Destino / inevitabilidade	Naturalização	Presidência legitima a fatalidade	Enfraquecida	Intensificada	"Morte como destino natural"	Naturalização arqueológica da morte (ocultamento da responsabilidade estatal)
07/07/2020 – "É como uma chuva,	Metáfora climática da pandemia	Contexto de alta	Arquivo da naturalização de	Inevitabilidade climática	Fatalização / despolitização	Presidência transforma em	Enfraquecida	Elevada	"Pandemia como chuva"	Naturalização climática da

vai atingir você”		mortalidade e crise política	tragédias			“verdade aceitável”				pandemia como dispositivo necropolítico
10/11/2020 – “O Brasil tem que deixar de ser país de maricas”	Escárnio virilizador	Pandemia e medidas sanitárias em disputa	Arquivo da virilidade política	Força vs. fraqueza	Ridicularização / estigmatização	Presidência valida a chacota	Desvirtuada	Intensificada	Pandemia como “teste de virilidade”	Virilidade necrobiopolítica (corte entre quem merece viver e quem deve morrer)
17/12/2020 – “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”	Escárnio grotesco da ciência	Início da vacinação global	Arquivo da ridicularização política	Vacina como caricatura	Deboche / terceirização da responsabilidade	Presidência chancela o ridículo	Diminuída	Elevada	Vacina como “risco caricatural”	Dispositivo necropolítico do escárnio vacinal (abandono da saúde pública)

Fonte: Criado pelos autores, mas adaptado de Queiroz (2022).

O que a equação demonstra é que não se trata de deslizes isolados, mas de um sistema de dispersão regulado por estratégias recorrentes, no sentido foucaultiano. Cada elemento da fórmula confirma sua pertinência: os enunciados (Et) estruturam-se pela banalização; o a priori histórico (Πt) fornece o espaço de possibilidade em que a fatalidade se torna dizível; o arquivo (At) atualiza memórias discursivas de rusticidade, virilidade e escárnio político; o campo conceitual (Ct) desloca a pandemia de categoria biomédica para metáfora natural, ironia ou destino; as estratégias (St) recortam constantemente a minimização e a desresponsabilização; a ordem do discurso (Pt) legitima esses dizeres pela autoridade presidencial; as intensidades se distribuem de forma regular, com a biopolítica (βt) sistematicamente enfraquecida e a necropolítica (νt) continuamente reforçada; por fim, a objetalidade (Ot) estabiliza objetos discursivos mutáveis — vírus, pandemia, morte, vacina — sempre reinscritos em horizontes de indiferença, deboche ou inevitabilidade.

Ao resolver a equação em cada caso, o valor de X se revela como núcleo necropolítico reiterado: naturalização da morte, banalização da pandemia, ridicularização da ciência, escárnio da vulnerabilidade. A equação mostra, assim, sua força transversal: ao aplicar a mesma matriz analítica a discursos diversos, evidencia-se que todos eles pertencem a uma mesma formação discursiva de minimização e desresponsabilização. Em termos foucaultianos, trata-se do jogo das regras que, em 2020, tornaram possível a emergência do vírus não como objeto epidemiológico, mas como objeto discursivo político, regulado por uma economia de poder que privilegiou a morte como horizonte aceitável.

Em suma, a *Teoria e a Equação do X Discursivo* confirmam sua eficácia analítica ao demonstrar que o regime de enunciação presidencial sobre a pandemia não foi contingente, mas estruturado: uma formação discursiva que articulou a linguagem do escárnio, da metáfora e da naturalização para reinscrever a pandemia no campo necropolítico. O valor de X, ao longo de todos os enunciados, não é outro senão o dispositivo de poder que transforma a morte em instrumento político, convertendo a gestão da vida em abandono e a proteção sanitária em indiferença soberana.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção** / Giorgio Agamben; tradução de Iraci D. Poleti. – São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976) / Michel Foucault; tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber** / Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. – 14ª ed. – São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte** / Achille Mbembe; traduzido por Renata Santini. – São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUEIROZ, V. 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. **Poder360**, 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-JMB-sobre-pandemia/. Acessado em: 27 jul. 2025.